

A Imunização no Brasil – Breve histórico

As primeiras vacinas introduzidas no Brasil, vieram de Portugal, por volta de 1804, trazidas para a Bahia e de lá, levadas para o Rio de Janeiro. A vacinação, a princípio, era restrita aos membros da corte. Devido ao êxito da ação entre os membros da corte e seus familiares, em 1811, foi criada a Comissão Vacínica no Rio de Janeiro, incentivando as pesquisas no Brasil.

O ano de 1811 foi um marco na saúde brasileira, pois ocorreram várias mudanças sanitárias e sociais, como a geração de empregos para pessoas envolvidas no processo de vacinação. Além disso foram iniciadas as primeiras mudanças para controlar a epidemia de varíola no país.

Ainda no século 18, surgiram interferências dos poderes religiosos, propagando ideias contrárias. A força na propagação de informações, ainda que falsas e controversas, por meio da forte presença de membros religiosos e suas celebrações, e ainda a influência por eles exercida, provocaram uma ruptura no êxito que a utilização das vacinas vinha tendo, fator que levou Dom João IV a decretar, em 1846, a obrigatoriedade da vacinação em todos os municípios do País por força de um decreto imperial.

Em agosto de 1846, foi criado o Instituto Vacínico do Império (Decreto 464 de 17.4.1846), que atuaria sobre todas as províncias como órgão central que dita normas e fiscaliza a atuação nas localidades. Essa proposta atendia a um conjunto de sugestões formuladas por várias instituições, consultadas para tal fim, nos moldes do que já havia ocorrido na década anterior. A Junta Vacínica, incorporada ao Instituto Vacínico, passaria a ser um órgão consultor, responsável pela vacinação na corte. A reforma de 1846 seguia os parâmetros político-administrativos do Segundo Reinado: determinava que os serviços fossem centralizados nas mãos do governo imperial, e sua execução e financiamento ficassem sob a responsabilidade dos governos locais. Com relação à vacinação, caberia ao governo central a coordenação e fiscalização dos serviços a serem executados nas províncias e custeados pelos cofres municipais, o que certamente contribuiu para inviabilizar sua efetivação.

No ano de 1846 a imunização passou a ser obrigatória no Brasil, como uma tentativa de inserir a cultura da vacina na população.

O Brasil do século XIX era um país eminentemente importador de produtos e exportador de matérias-primas. As epidemias ameaçavam o interesse agrário-exportador, o governo brasileiro passou a apoiar as ações de controle e combate a endemia e epidemias.

Outras ações do governo imperial, e de iniciativas privadas ocorreram ao longo do século 18, destacando-se a criação do Instituto Vacínico Municipal (IVM), sendo uma iniciativa privada mas com parceria com o governo. A criação do IVM, em 1894, não só contribuiu para as ações de controle da varíola, como fomentou as discussões acerca da organização dos serviços de saúde no país. Essa instituição teve um papel importante na geração de conhecimento científico no âmbito da medicina experimental a partir de 1920.

O início do século XX teve como um dos fatos marcantes na história da vacina no Brasil, a Revolta da Vacina em 1904, na cidade do Rio de Janeiro. Vários fatores contribuíram para essa revolta: as brigadas sanitárias entravam nas casas e

vacinavam as pessoas à força; as mulheres se recusavam a mostrar o braço aos vacinadores; ; além disso, o governo não explicava bem a importância da vacinação e não dava segurança à ação, por isso, na época, muitas acreditavam que a vacina era para causar a morte e que o governo iria fazer redução da população. Após a Revolta da Vacina, considerando uma intensa pressão popular, foi revogada a lei da vacina, ficando o ato de vacinar obrigatório apenas para o trabalho, estudo ou para se casar.

A vacinação antivariólica no Brasil foi prioridade da agenda sanitária do país no início do século XIX até o final da década de 1910. Já nos anos de 1920 e 1930 a febre amarela também ocupou um lugar de destaque. Em 1971, a varíola foi erradicada no Brasil e em 1979, foi erradicada no mundo.

O tema vacinação, no século XX, foi sendo ampliado, abrangendo outras doenças infectocontagiosas, bem como, tendo maior investimento com pesquisas no Brasil.

Em 1973, foi formulado o Programa Nacional de Imunizações (PNI), caracterizado como uma política pública eficiente, com impactos positivos no perfil de morbimortalidade da população brasileira. Posteriormente o PNI aumentou ainda mais a sua atuação na década de 1980 com o surgimento do SUS. Dentre as responsabilidades do PNI, está a normatização em relação a estrutura física mínima exigida para as salas de vacina, a definição do calendário básico de vacinação, dentre outras. A legislação que regulamentou o PNI foi criada em 1975, a Lei 6259 de 30 de outubro de 1975. Em 1976, o *Decreto nº 78.231^A*, de 12 de agosto de 1976, regulamentou a Lei 6.259, agregando o detalhamento da forma como a vacinação obrigatória deveria ser executada no Brasil.

O PNI alcançou metas importantes de coberturas vacinais a nível nacional, ganhando destaque a nível mundial. No entanto, desde 2017, a cobertura vacinal apresenta um cenário preocupante.

Neste ano, quanto o programa completará 50 anos de existência, apresenta como desafio a ampliação da cobertura vacinal, buscando a melhora dos índices de cobertura vacinal para todas as faixas etárias, inclusive para mulheres gestantes.

O próximo podcast falará sobre Medicina do Trabalho e vacinação.

Texto de Fabíola Lucchesi Rocha Carvalho